

## PESCA ARTESANAL NA REPRESA BILLINGS:

### Contradições internas

*Fábio Ranzani de Paiva\**

(maio 2006)

A represa Billings, no decorrer dos tempos, vem apresentando grandes mudanças, tanto ambientais e sociais quanto paradigmáticas, referentes à sua gestão. Idealizada no ano de 1923 para suprir a carência energética, em razão do acelerado crescimento da cidade de São Paulo, a Billings tornou-se um grande problema. Assim, deixou de ser destinada exclusivamente para fins energéticos. O conceito atualmente em voga é o de “usos múltiplos” da represa, e o seu principal e mais rentável uso, no momento, é para abastecimento de água, serviço público que está a cargo da SABESP, ficando a parte energética a cargo da EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.), como concessionária.

Foi preciso a represa chegar a um estado tal de calamidade ambiental, para que fosse decretado o fim do abastecimento da represa com águas do rio Pinheiros, que ocorreu em 1989 (VICTORINO, 2003). É claro que para isso acontecer foi necessária uma grande pressão de grupos de interesses não energéticos, somada à da sociedade civil (JACOBI e TEIXEIRA, 1995) e à de uma grande carência no abastecimento de água que a cidade enfrentava na época. No período de construção da represa, o paradigma vigente era o “desenvolvimentista”, focando o progresso a todo custo. Hoje, a represa só recebe as águas do rio Pinheiros para o controle de cheias na cidade de São Paulo.

O Instituto de Pesca, desde o início de 2005, vem realizando pesquisa junto a um dos usuários da represa: os pescadores artesanais, (“-Sim eles existem.”), intitulada: ***“Entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal continental, um estudo de caso – represa Billings (Alto Tietê, São Paulo)”***. Infelizmente, aqueles que apa-rentam ser pequeno acabam esquecidos pelos grandes gestores do país. Andando pela represa é possível ver isto: pessoas são esquecidas nas favelas que crescem a cada dia na região, pois políticos, em troca de votos (JACOBI e TEIXEIRA, 1995), nos anos eleitorais, obtêm concessões para que as pessoas se aglomerem nas áreas de manancial da Cidade. Em resposta, proprietários de chácaras da região processaram os órgãos públicos, por “omissão” e “incentivo” às ocupações das áreas de mananciais ao deixarem de cumprir a legislação Municipal e Estadual e ao abrirem ruas, instalarem postes de luz, fazerem o serviço de correio (GRAMEGNA), etc. Pessoas também são esquecidas, sem condições adequadas para desenvolver seu trabalho, como é o caso dos pescadores artesanais. Muitas vezes os gestores passam por cima dos outros usuários da represa ao implementarem uma nova ação.

Os Homens são esquecidos, como também se esquece do meio ambiente.

A pesquisa realizada com os pescadores inclui o levantamento da área em que essas pessoas moram e exercem seu trabalho. Um trabalho de descrição do território da atividade dará suporte aos demais aspectos do estudo. Para tanto, vêm sendo aplicados dois questionários: o primeiro, junto aos próprios pescadores artesanais, e o segundo, junto a diferentes agentes diretamente relacionados ou conhecedores da problemática proposta, ou

---

\* Aluno de Ciências Sociais da PUC-SP e estagiário do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Recursos Hídricos do Instituto de Pesca -CPDRH/IP, sob orientação da Dra. Paula Maria Gênova de Castro. Bolsista do PIBIC (Programa de Iniciação Científica) do CNPq.

e-mail: [fabioranzani@terra.com.br](mailto:fabioranzani@terra.com.br)

seja, o que para eles significa desenvolvimento da pesca? Esse questionamento é feito para observar a realidade, comparando os diferentes pontos de vista, e para derrubar algumas concepções errôneas, buscando-se estabelecer uma plataforma para o diálogo entre os diferentes agentes envolvidos.

Andando pela região da represa, ladeando sua grandeza, imagina-se qual não deve ter sido o custo para construir uma obra como essa. Além do alagamento de uma área de 127 km<sup>2</sup> (PELICICE, 1999), o projeto também exigiu a reversão e a canalização do rio Pinheiros (ver esquema da reversão), no intuito de receber e acumular água para fins de produção de energia na usina subterrânea Henry Borden, em Cubatão. E para chegar a Cubatão, a água precisa ser transportada por uma tubulação de grande porte, “aquele projeto arquitetônico, grosseiro, localizado na encosta da Serra do Mar”, na região de Cubatão.

Após tantos anos de acumulação de detritos, será uma longa jornada até a total despoluição das águas da Represa, apesar de, como contam os próprios pescadores, a situação ter melhorado muito, em termos relativos. Caminhando pelas margens da Represa ou navegando em suas águas, já não é perceptível o cheiro forte, característico de águas poluídas, de anos atrás. Entretanto, a poluição não parece ser algo que incomode muito os pescadores, que, quando questionados sobre o perigo de se alimentarem de peixes, alegam que nunca tiveram problemas em relação a isso. Uma resposta que vai na contramão de algumas opiniões de especialistas, que consideram mais seguro proibir a pesca comercial, passando por cima de legítimos agentes, em vez de apresentar novas soluções, sem um diálogo convincente.

Há 10 anos, quando a represa gerava mais preocupação em relação ao aspecto da água poluída, a pesca parecia uma atividade mais promissora, pois o pescado era mais abundante. Hoje em dia, vários locais onde havia grande concentração de pescadores estão vazios, em razão de um grande êxodo para represas do interior paulista, à procura de melhores condições de pesca.

Essa diminuição do pescado pode ser explicada, *a priori*, pela grande diminuição de matéria orgânica em suspensão, alimento de organismos da base da cadeia trófica dos peixes (ex: Tilápia, *Oreochromis niloticus*), bem como pela retirada dos aguapés, *Eichhornia crassipes* (substrato para os ovos e abrigo para os peixes, uma possível proteção contra a ação de biguás, *Phalacrocorax brasilianus*) e pela grande mortalidade de peixes, ao serem abertas as comportas da Represa para recebimento das águas do rio Pinheiros (um possível crime contra o patrimônio natural). Talvez, na época em que a Billings era mais poluída, o que havia era a impressão de existirem mais peixes, pelo fato de buscarem mais a superfície da água, à procura de oxigênio, ficando assim mais visíveis e, então, facilitando a estratégia de captura.

Mesmo com todas as condições adversas, muitas pessoas que moram ao redor da represa, por necessitar de meio de sobrevivência, optam pela pesca, uma atividade tradicional e de fácil acesso, uma alternativa para ganhar a vida. Por mais que eles gostem de suas atividades, para grande parte dos pescadores, a opção pela pesca acaba sendo fruto da miséria e da fome, decorrentes do grande desemprego existente.

Ao contrário do que ocorre mais frequentemente na pesca marinha ou na pesca continental em outras regiões do Estado e do Brasil, não existem comunidades pesqueiras propriamente ditas dedicadas à pesca na Represa Billings. É possível falar-se, quando muito, em núcleos pesqueiros. São locais de maior concentração de pescadores, em uma região periurbana, onde estes centralizam o desembarque do pescado. Dependendo da localização do núcleo é possível ver o contraste entre a cidade e o campo. A pesca geralmente é uma opção de vida, pelo acesso fácil a um recurso comercializável, pelo senso de liberdade pessoal que oferece e por certa solidariedade que surge no grupo social “pescadores”. Em sua maioria, os

pescadores entrevistados estão espalhados pelas margens da Represa, algo que dificulta o trabalho, já que a Billings é um grande labirinto.

A venda do pescado capturado é feita pelos pescadores em suas residências, diretamente aos moradores da própria região, que o compram para consumo doméstico, ou aos atravessadores e pequenos comerciantes, não-pescadores, que venderão o pescado nos bares e feiras-livres regionais. Não se tem ainda uma estimativa do número de pescadores ou de ex-pescadores que realizam “atividades administrativas” (atravessadores) para terceiros, mas, pelo que se pôde observar até o momento, esse número é mínimo. Estes são pescadores que acumularam algum capital e investiram em bens de produção (barcos, tralhas de pesca, motor, etc), empregando outros pescadores. Tal tipo de ação envolve, algumas vezes, um trabalho de busca do produto: quando “o pescado não vem a você, deve-se ir até ele”; muitos acabam dependendo de outros para a comercialização do pescado. Mesmo tratando-se de pescadores profissionais, a pesca não é atividade exclusiva na vida deles, todos, sem exceção, exercem outras atividades, seja dentro da pesca, ao realizar serviços a outros pescadores, como o entalhamento de redes de pesca, ou fora dela, desenvolvendo trabalhos mais relacionados a atividades urbanas (desde atividades na construção civil ou no “boteco da família” até puxando carroça de entulho). Antigamente, nas pequenas comunidades ribeirinhas, a pesca era uma atividade que se completava com a da agricultura (DIEGUES, 1983).

É possível encarar o pescador da represa Billings como sendo um novo tipo social: ele é um trabalhador urbano, inserido em um contexto urbano. Algo que ilustrou muito bem isto foi encontrar uma pessoa pescando garrafas pet, “o pescador de lixo”; uma atividade transitória, enquanto juntava dinheiro para poder comprar seus instrumentos de pescaria e, assim, pescar pescado.

Observa-se que existe uma relativa falta de comunicação entre os pescadores, causada pelo grande distanciamento entre os núcleos, ou mesmo entre os indivíduos, e por certa desconfiança entre eles. Ultimamente, contrapondo-se a isso, vem sendo concebida a *Associação de Pescadores Artesanais da Represa Billings*, ainda que esteja se transformando num permanente projeto para o futuro, ou seja, sempre empurrado para o dia de amanhã. Além da falta de organização, a causa dessa situação é a desconfiança dos que ainda não fazem parte do projeto, quando seria muito importante a participação de todos. A falta de comunicação chega ao extremo de alguns pescadores vizinhos de porta não se conhecerem.

Pelo que se acumulou de informação até o momento, no caso da Represa Billings é difícil falar em problemática simples. Parece importante, num primeiro momento, discutir o desenvolvimento da comunidade em um contexto mais amplo, em que se possa abranger uma gama de outras questões complexas. No entanto, em termos de pesca, para os pescadores já entrevistados é possível apontar um significado para “desenvolvimento”: ter peixe para poder pescar! Mas, tratando-se de um local em que a sustentabilidade da vida aquática é tão complicada, qual seria uma possível solução para atender ao significado que o pescador tem para desenvolvimento?

Pelo trabalho ora realizado, não se trata de dar respostas prontas. O interesse é por alternativas que surjam dos próprios pescadores, despertando a sua consciência e, conseqüentemente, a sua motivação. Alternativas que só serão encontradas a partir da organização dos próprios pescadores. É preciso que eles resolvam as suas contradições internas, para depois vir a público, com certa representatividade, para poder brigar pela vida da represa e cobrar ações dos órgãos responsáveis pela pesca.

## Bibliografia consultada

- DIEGUES, A.C.S. 1983 *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática. 287p. (Ensaio 94).
- GRAMEGNA, M.V. *Indenização por desapropriação indireta. Invasões na represa Billings*. São Paulo.  
Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/peças/texto.asp?id=10>  
Acesso em 07/09/2005.
- JACOBI, R. e TEIXEIRA, A.C. 1995 *Conflitos Sócio-Ambientais: Diagnóstico da cidade de São Paulo*. *Cadernos CEDEC*, nº 45.
- PELICICE, F.M. 1999 *A Pesca na Represa Billings, São Bernardo do Campo, São Paulo: Perspectivas Atuais*.
- VICTORINO, V.I.P. 2003 *Monopólio, Conflito e Participação na Gestão dos Recursos Hídricos*. In: \_\_\_\_\_. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo: Annablume.

Esquema\*\* de reversão das águas do rio Pinheiros, para o Reservatório Billings (Bacia do Alto Tietê), SP

\*\* Autoria de Antônio Augusto da Costa Faria – sma.augustof@cetesb.sp.gov.br

